

DIREITOS HUMANOS

Cerimônia recriou evento que se tornou um símbolo da resistência democrática no Brasil. Ato contou com apresentações culturais e exibição de vídeos inéditos

Ato marca os 50 anos da morte de Herzog

» RAPHAEL PATI

Símbolo de resistência nos anos de chumbo da ditadura militar no Brasil, o jornalista Vladimir Herzog (1937-1975) foi homenageado, na noite de ontem, em um ato ecumênico na Catedral Metropolitana de São Paulo. Amigos e familiares do ‘Vlado’ — seu nome original, em croata, e também como era conhecido — estiveram presentes no evento, além de figuras públicas, como o vice-presidente Geraldo Alckmin, representando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que está em viagem oficial à Malásia.

O ato teve um simbolismo por trás. Há 50 anos, após ser assassinado o então diretor da TV Cultura, nas dependências da então sede do Destacamento de Operações de Informações — Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), em São Paulo, três líderes religiosos que negaram a versão dada pelo regime de que Herzog havia tirado a própria vida, se reuniram-se na mesma catedral para um celebração em memória do jornalista morto.

O cardeal dom Paulo Evaristo Arns, da Igreja Católica, o rabino Henry Sobel, do Judaísmo, e o reverendo Jaime Wright, da Igreja Presbiteriana, reuniram mais de 8 mil pessoas na Sé para a missa de sétimo dia em homenagem ao profissional assassinado. O gesto também teve o apoio do jornalista Audálio Dantas, então presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo.

O evento foi organizado pelo Instituto Vladimir Herzog e pela Comissão Arns com o objetivo de ser uma recriação histórica de 1975,

Reprodução



Ato homenageia Herzog e todas as vítimas da ditadura militar, com lideranças religiosas e autoridades

cinco décadas após o primeiro ato inter-religioso. Conduziram a cerimônia ontem o cardeal e arcebispo de São Paulo, dom Odilo Scherer, o rabino Uri Lam, da Congregação Israelita Beth-El, e a pastora presbiteriana Anita Wright, filha do falecido reverendo Jaime Wright. De acordo com os organizadores, o ato também teve como propósito homenagear todas as famílias que perderam entes queridos durante a ditadura.

O ato inter-religioso ainda contou com apresentações culturais conduzidas por artistas de diferentes gêneros musicais e teatrais, além da exibição de vídeos em homenagem a Vlado e outras vítimas do regime. A atriz Fernanda Montenegro, que atuou em filmes

como *Central do Brasil* (1998), *Auto da Compadecida* (2000) e *Ainda Estou Aqui* (2024), fez a leitura de uma carta de Zora Herzog, mãe do jornalista assassinado.

“A morte do Vladimir Herzog foi o resultado do extremismo do Estado, que ao invés de proteger os cidadãos, perseguia-os e os matava. Por isso, fortalecer a democracia, a justiça e a liberdade”, disse Geraldo Alckmin no local. Além do presidente em exercício, também marcaram presença a ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania, Macaé Evaristo, a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, e o ministro da Advocacia-Geral da União, Jorge Messias.



A morte do Vladimir Herzog foi o resultado do extremismo do Estado, que ao invés de proteger os cidadãos, os perseguia e matava. Por isso, fortalecer a democracia, a justiça e a liberdade”

Geraldo Alckmin, vice-presidente da República

PODCAST DO CORREIO

País falhou em seguir Comissão da Verdade

» IAGO MAC CORD*

Com uma série de violações de direitos humanos durante a ditadura militar (1964-1985), incluindo graves crimes contra os povos indígenas, o Brasil segue com dificuldades em cumprir as recomendações da Comissão Nacional da Verdade (CNV), fixadas em 2014. Para o jornalista Rubens Valente, a omissão perpetua a impunidade, tendo como consequências o agravamento das crises humanitárias e milhares de mortes. Ele é integrante do Fórum: Memória, Verdade e Reparação para os Povos Indígenas e participou do *Podcast do Correio*, com as jornalistas Mariana Niederauer e Rafaela Gonçalves.

Valente lembrou que as violações graves, que se intensificaram durante a ditadura militar, persistem na democracia por meio da violência no campo e de manobras políticas e judiciais que ameaçam os direitos territoriais. A CNV fez 14 recomendações ao Estado brasileiro, incluindo a criação de uma comissão específica para investigar as violações contra os povos originários, mas nenhuma foi implementada.

“Não adianta um presidente civil, nesse momento, pedir desculpas por crimes cometidos por militares. As Forças Armadas deveriam reconhecer o que ocorreu, pedir desculpas e, a partir daí, tentar construir uma nova relação, uma nova abordagem em relação aos povos indígenas”, disse o escritor. A análise de apenas 10 dos mais de 80 casos de violações de direitos constatados pela comissão revelou 8.350 mortes de indígenas por ação ou omissão estatal no período. O fórum da sociedade civil, impulsionado pelo movimento indígena, detectou violações contra um mínimo de 80 povos. Para o jornalista, a complexidade e a vastidão do

Khalil Santos/CB/D.A Press



Especialista lembrou que as violações se intensificaram na ditadura

tema exigem uma comissão específica, uma vez que o Brasil possui mais de 320 povos indígenas, que falam mais de 200 línguas, em 418 terras demarcadas.

Valente ressaltou que a construção da estrada Perimetral Norte resultou na morte de mais de 200 yanomamis. Em 1966, Xavantes transferidos pela Força Aérea Brasileira (FAB) para outra aldeia foram vítimas de um surto de sarampo que dizimou cerca de 150

pessoas, com corpos sendo enterrados em covas coletivas.

“Essa história, por exemplo, ocorreu em 1966, dois anos depois do golpe militar, quando a Funai era governada por um oficial da aeronáutica. E eu pergunto: quem de nós sabe disso? Isso é estudado nas escolas? O que aconteceu? Então, há muito a ser revelado e debatido sobre esse período ainda. E esse período reflete até mesmo nos tratamentos que os indígenas têm

hoje em dia. Os problemas mudaram de certa forma, mas continuam os mesmos”, lamentou.

Marco Temporal

A resistência do Estado se manifesta na luta pela demarcação de terras, segundo o escritor. A tese do Marco Temporal, impulsionada por setores ruralistas, propunha limitar a demarcação apenas aos povos que estivessem ocupando suas terras em outubro de 1988, uma interpretação jurídica que, como destacou o entrevistado, inexistia na Constituição.

O Supremo Tribunal Federal (STF) considerou a tese inconstitucional, atendendo a uma luta de mais de 10 anos dos povos indígenas. Contudo, o Congresso Nacional aprovou uma lei sobre o Marco Temporal sem consulta aos povos indígenas, contrariando a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Diante do recurso indígena, o ministro Gilmar Mendes, em vez de julgar a inconstitucionalidade da nova lei, criou uma comissão de conciliação. Valente lembrou que o movimento indígena recusou-se a participar da comissão, alegando que a iniciativa visava reavaliar uma decisão já consolidada pelo STF.

“Vejam que o Supremo não está apenas discutindo recursos e processos. Ele está formulando uma política nova, uma legislação nova. E dentro dessa minuta foi incluída a possibilidade de mineração em terras indígenas e outras atividades econômicas. Ou seja, começou com uma discussão sobre a legalidade do Marco Temporal e virou discussão sobre mineração”, destacou o Rubens Valente.

*Estagiário sob supervisão de Luana Patriolino

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Lula atravessou o Pacífico para escorregar numa folha de coca em Jacarta

Uma frase infeliz do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sobre o tráfico e o consumo de drogas, durante entrevista em Jacarta, na Indonésia, virou a nova dor de cabeça do governo — justamente quando o petista começava a voar em céu de brigadeiro nas pesquisas de opinião. Sua popularidade vinha em recuperação, porém, apesar de contingenciada por problemas econômicos (deficit fiscal) e sociais (segurança) objetivos, o governo tenta contornar com medidas voltadas à classe média e à população de baixa renda. Volta e meia, porém, o chefe do Planalto fala o que não deveria, como agora, e colide com o senso comum da maioria da sociedade.

Durante a coletiva, Lula afirmou que seria “mais fácil”, para Brasil e Estados Unidos, “combater viciados” e soltou um disparate: “Os usuários são responsáveis pelos traficantes, que são vítimas dos usuários também”. Respondia a uma pergunta sobre as ações dos EUA contra o narcotráfico na Venezuela. Ao se corrigir, o presidente brasileiro admitiu que havia se expressado mal e que as ações do governo são mais importantes que suas palavras.

Por linhas tortas, Lula tocou num ponto sensível: o consumo de drogas nos Estados Unidos, um grave problema de saúde pública, fomenta o tráfico internacional. O uso de opioides, como o fentanil, cuja principal rota passa pelo México, matou mais de 70 mil pessoas por overdose em 2023; em 2024, as mortes ultrapassaram 80 mil. Um a cada seis americanos consome maconha mensalmente e, apesar da legalização em vários estados, o FBI registrou 188 mil prisões por posse de droga em 2024. Cerca de 2% da população já consumiu cocaína — a segunda droga mais popular —, consolidando os EUA como seu maior mercado. Seu derivado mais popular, o crack, virou epidemia.

O consumo de drogas permeia todo o tecido social norte-americano. A cocaína, em especial, é uma droga de desempenho: usada para ampliar energia, criatividade e libido. No livro *O Revólver que Sempre Dispara (Casa Amarela)*, Emanuel Ferraz Vespucci e Ricard Vespucci descrevem com clareza seus efeitos e consequências. “A cocaína parece tornar tudo possível. Provocando uma superestimulação do sistema nervoso central, ela age como fortíssimo indutor do raciocínio rápido, da inteligência, além de neutralizar o estresse natural e o medo, ou simples prudência, que a vida impõe.”

Segundo os autores, a droga torna homens e mulheres mais intrépidos, capazes de dias e noites de alta produção profissional e intensa atividade social. No submundo, faz os bandidos mais ousados e destemidos. Estimula vigorosamente a sexualidade e os orgasmos. “Acontece que o efeito das doses passa e o Superman volta a ser Clark Kent.” Esses atributos fazem da cocaína uma droga de elite, consumida por artistas, executivos e políticos, sob medida para o modo de vida competitivo, mas se torna autodestrutiva quando sai do controle. A dependência torna a vida normal insuportável, e as doses crescem e se tornam mais frequentes, até o colapso.

Encontro com Trump

O presidente norte-americano, Donald Trump, intensificou a presença militar dos EUA no Caribe, alegando combater o narcotráfico. Nesta semana, autorizou operações secretas da CIA na Venezuela. Com a expansão da territorialização do tráfico, o Brasil deixou de ser apenas consumidor da cocaína produzida na Bolívia, Venezuela e Colômbia para se tornar um centro de distribuição, sobretudo para a Europa. O Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), as maiores quadrilhas, infiltraram-se na política e se internacionalizaram.

Lula e Trump devem se reunir, hoje, à margem da cúpula do Sudeste Asiático. O brasileiro confirmou a reunião e disse que “não há assunto proibido” entre os dois. Será o primeiro encontro oficial desde a crise provocada pelo tarifaço de 50% aplicado por Washington sobre produtos brasileiros. Ambos haviam conversado por telefone e trocado cumprimentos rápidos na ONU, quando o americano disse ter tido uma “química excelente” com o petista.

A fala de Lula em Jacarta pautou o tema das drogas, ou seja, levantou a bola para Trump criar mais um contencioso com o Brasil. Após a repercussão negativa, o governo divulgou nota em que reafirma que “não tolera o tráfico de drogas e atua com rigor e inteligência, obtendo resultados históricos contra as organizações criminosas”. Lembrou a megaoperação de agosto contra o PCC, em oito estados — só na Avenida Faria Lima, em São Paulo, foram 42 dos 350 alvos.

Segundo o governo, as ações da Polícia Federal retiraram R\$ 7 bilhões em bens de criminosos em 2024, mais que o dobro do ano anterior. A Polícia Rodoviária Federal (PRF) apreendeu 850 toneladas de drogas — outro recorde. O número de operações contra o crime organizado quase dobrou desde 2022, passando de 1.875 para 3.393. O governo brasileiro vem intensificando o combate ao tráfico, especialmente contra o esquema de lavagem de dinheiro operado pelo PCC. A Operação Carbono Oculto desarticulou um esquema bilionário no setor de combustíveis.

No momento, Lula mantém vantagem nas pesquisas para 2026. Levantamento AtlasIntel/Bloomberg (15 a 19/10) mostra o petista com 52% das intenções de voto, contra 44% de Tarcísio de Freitas (Republicanos); 43% de Michelle Bolsonaro (PL); 44% de Jair Bolsonaro (PL); 35% de Romeu Zema (Novo); 36% de Ronaldo Caiado (União); e 37% de Ratinho Jr. (PSD). Apesar do céu de brigadeiro, o chefe do Executivo precisa cuidar das nuvens pesadas formadas por suas próprias palavras.